Art. 31. A contagem dos prazos estabelecidos nesta Portaria se dará em dias corridos.

§1º Na hipótese de ser apresentada documentação incompleta, o interessado será notificado, pela UPAR, via correio eletrônico, para apresentar a complementação necessária e/ou para cumprimento de exigências, no prazo de 30 dias, a contar do recebimento da notificação, sob pena de arquivamento do processo.

§2º Em caso de arquivamento, o interessado deverá apresentar novo requerimento, com a apresentação de toda a documentação necessária, nos moldes dos arts. 4º e 5º, para abertura de novo processo.

Art. 32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS À APRECIAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE DEFINE OS PARÂMETROS DE USO E DE OCUPAÇÃO DO LOTE 1 DO SETOR CULTURAL SUL – SCTS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO PILOTO – RA I.

Às quatorze horas do dia dezoito de maio do ano de dois mil e vinte e um, em conformidade ao contido no art. 2º do Decreto nº 41.841 de 26 de fevereiro do ano de dois mil e vinte um, de forma híbrida, em sessão pública virtual, pela plataforma Seduh Meeting e presencial, no auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, ainda transmitida em tempo real por meio do aplicativo Youtube, foi aberta a Audiência Pública com vistas à apreciação do projeto de Lei Complementar que define os parâmetros de uso e de ocupação do Lote 1 do Setor Cultural Sul – SCTS na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I. Preliminarmente, a Senhora Eliete Góes, da Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – ASCOL/SEDUH saudou a todos e informou que os avisos de convocação foram publicados no Diário Oficial do Distrito Federal nº 69 e nº 82, e em jornal de grande circulação nos dias 14 de abril e 04 de maio corrente, com seu respectivo material de consulta disponibilizado no site www.seduh.df.gov.br, no link de Audiências Públicas, em conformidade ao disposto na Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013. Destacou que o regulamento de inteiro teor dos procedimentos da referida Audiência Pública foi publicado juntamente com os avisos de convocação e, de forma sucinta, destacou os principais aspectos a nortear os trabalhos. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo da Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília - SCUB/SEDUH, representada pela Diretora de Gestão, Senhora Raquel Roland. A presidência dos trabalhos ficou a cargo da Secretária Executiva da SEDUH, Senhora Giselle Moll Mascarenhas, e do Secretário de Estado da SEDUH, Senhor Mateus Leandro de Oliveira. Passou à leitura da Ordem dos Trabalhos: I – abertura dos trabalhos; II – apresentação técnica; III – Exposição resumida do conteúdo da proposta; IV – respostas às perguntas realizadas via chat, da plataforma Seduh Meeting e presencial; V – Encerramento. Dos Principais Informes: A Audiência Pública possui caráter consultivo e tem como objetivo debater e recolher contribuições; Será registrada por gravação de áudio e vídeo, sendo que o material produzido comporá a memória do processo e publicizado na página eletrônica da SEDUH, no link de Audiência Pública 2021; É condição para manifestação oral, a prévia inscrição no chat da plataforma virtual e inscrição presencial na recepção da Audiência Pública; Para os debates orais, a manifestação dos participantes deverá seguir a ordem de inscrição e respeitar os seguintes tempos de duração: 5 minutos quando se tratar de representantes de entidades e 3 minutos, no caso de manifestações individuais. A ordem de inscrição determinará a sequência das manifestações, alternando as manifestações aos inscritos na plataforma virtual e presencial. I – Abertura dos trabalhos: Para abertura dos trabalhos, o Secretário Mateus Leandro de Oliveira cumprimentou os presentes mencionando que a Audiência Pública que tem como objetivo debater o Projeto de Lei Complementar que define os parâmetros de uso e de ocupação do Lote 1 do Setor Cultural Sul – SCTS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, lote onde se localiza o antigo Prédio do Touring. Declarou que este é mais um Projeto de Lei importante para o Distrito Federal, e tem caráter diferenciado, pois se trata de um prédio que vem de uma situação de abandono por muito tempo, mas já se encontra com obras em andamento para instalação de um museu, exatamente como prevê a vocação do setor, cuja denominação é Setor Cultural Sul. No entanto, só é possível a instalação de um museu no local se houver uma lei que o regulamente, para que possa ter seu funcionamento assegurado e seus futuros projetos aprovados. A proposta encontra respaldo em Parecer Técnico do IPHAN, pois se trata de edificação tombada, tombamento este que será devidamente observado e respeitado pelo PLC. Informou que a área pública, que fica entre o Prédio do Touring e a Biblioteca Nacional está com projeto de requalificação já aprovado pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - Conplan, e receberá investimentos do museu para tal. Em seguida, a Secretária Executiva da SEDUH, Senhora Giselle Moll Mascarenhas, fez uso da palavra para cumprimentar os presentes e informar que esta Audiência Pública cumpre determinação legal, contida na Lei Orgânica do Distrito Federal, pois toda legislação urbanística de aprovação de normas e parâmetros para áreas tombadas do Conjunto Urbano de Brasília precisa ser levada a audiência pública para conhecimento e contribuição da população. Informou que este é um Projeto de Lei que dá muita alegria à Secretaria, pois vem finalmente resgatar, depois de 64 anos, a devida função ao lote do Touring Clube o Brasil. Na Década de 60, o Touring Clube era uma entidade social, e por isso deve ter tido destaque nas obras Oscar Niemeyer e de Lúcio Costa, disse. Falou que foi uma alegria ter recebido o projeto desse edifício tão bonito e que continuará dessa forma porque ele é um edifício tombado e muito emblemático na paisagem urbana de Brasília. Lembrou que o edifício sempre foi uma propriedade privada, e que já passou por várias atividades desde a desativação do Touring Clube, como oficina e posto de gasolina e rodoviária do Entorno durante os últimos anos, o que degradou muito o local, uma vez que não havia nenhum caráter de manutenção da

edificação. Agora, graças ao trabalho do Governo do DF, está se conseguindo resgatar a condição de área cultural para o edifício. Informou que, como o edifício foi construído sem normas, na Década de 60, há a necessidade de se estabelecer parâmetros de uso e ocupação para que ele e todo o lote possa efetivamente ser adaptado às necessidades de um museu. Lembrou que tudo que será tratado nesta Audiência Pública foi trabalhado durante mais de um ano e conversado com os órgãos de preservação, e não apenas com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, mas também com a Secretaria de Cultura do DF. Assim, a Seduh está contente com os resultados e espera que em breve o projeto se transforme em Lei Complementar e assim sejam realizados os trabalhos de recuperação da edificação e implantação do museu. Em seguida, foram apresentados os Itens II – apresentação técnica; III – Exposição resumida do conteúdo da proposta, quando a Senhora Raquel Roland, Diretora de Gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília, apresentou os pontos principais do Projeto de Lei que irá definir os parâmetros de uso e de ocupação do Lote 1 do Setor Cultural Sul – SCTS na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, informando que a motivação para esse projeto de lei foi o uso desvirtuado da edificação, depois do encerramento das atividades do Touring Clube, levando, assim, à necessidade de consolidação do Setor Cultural Sul. A legislação que incide sobre o lote é o Decreto nº 596/1967, que não traz os parâmetros de ocupação do lote, mas apenas alguns usos do Setor Cultural como um todo e cita o Touring Clube. Isso levou à necessidade de definição dos parâmetros de uso e ocupação do lote para consolidar o setor. Apresentou um breve histórico sobre o setor, retirado do Relatório do Plano Piloto, onde diz que “Ao longo dessa esplanada - o Mall, dos ingleses -, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em sequência - todos com área privativa de estacionamento -, sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos etc. A face da plataforma debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos ministérios não foi edificada com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões, como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Previram-se igualmente nessa extensa plataforma destinada principalmente tal como no piso térreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas dos pedestres, uma fronteira ao teatro da Ópera e outra, simetricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçada sobre os jardins do setor cultural e destinado a restaurantes, bar e casa de chá.” A oradora informou que o Decreto nº 596/1967 não menciona o Lote 1, mas menciona apenas o Touring Clube, conforme leitura do Art. 20, informa que o “O Setor Cultural Norte e o Setor Cultural Sul compreendem: I - edifícios oficiais ou de utilidade pública destinados ao desenvolvimento de atividades culturais, tais como, museus, bibliotecas, teatros, planetários e sociedades culturais; III - Touring Clube do Brasil.” Em 2017, o edifício foi tombado individualmente, junto com outras edificações do conjunto de obras de Niemeyer, pelo IPHAN. Seguiu um breve histórico dos procedimentos realizados sobre o PLC: em 2019 houve uma demanda da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap solicitando estudos técnicos, visando a definição de possíveis parâmetros para o Lote 1, estudos que foram desenvolvidos pela Diretoria de Preservação da Subsecretaria do Conjunto Urbanístico para possíveis parâmetros de uso do Lote 1. Enquanto isso, o Sesi e SENAI apresentaram à Seduh e ao IPHAN um estudo técnico preliminar de implantação de um museu. O IPHAN aprovou o estudo. Após a aprovação da proposta de implantação do museu, o Sesi e SENAI manifestaram interesse pela elaboração do Projeto de Lei Complementar para alterar o uso do lote e permitir juridicamente a instalação de museu, porque a legislação atual de uso e ocupação do solo não trata especificamente do Lote 1. Foi elaborada uma primeira versão, para a qual o IPHAN recomendou alterações pontuais. A segunda versão do Projeto de Lei Complementar foi aprovada pelo IPHAN e pela Secretaria de Cultura. Na minuta de PLC são definidos os parâmetros de uso e ocupação do Lote 1, e ela está esquematizada da seguinte forma: Art. 1º - Estabelece os usos e atividades permitidas, Art. 2º - Define parâmetros de ocupação, Art. 3º - Prevê obrigatoriedade da faixa de servidão pública que liga a Plataforma Superior da Rodoviária ao Setor Cultural Sul, Art. 4º - Prevê obrigatoriedade da manifestação prévia dos órgãos federal e distrital de preservação do patrimônio histórico, Art. 5º - Prevê aplicação da Outorga Onerosa de Alteração de Uso – ONALT. Os parâmetros de uso e ocupação dão alguns limites, mas o que vai garantir a manutenção do edifício com seus visuais, seu entorno, de forma a valorizar e não perder a importância de edifício tombado será a manifestação dos órgãos de preservação, que vão analisar a proposta detalhada do projeto de arquitetura. Essa obrigatoriedade está no Projeto de Lei, que também prevê a aplicação da ONALT, por causa da alteração de uso. Os usos permitidos para o local são o uso principal e obrigatório institucional, para atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental, e os usos complementares: institucional de educação, exclusivamente ensino de arte e cultura, uso comercial para comércio varejista de artigos culturais e prestação de serviços para alimentação. A minuta do PLC, em seu Art. 2º, estabelece os parâmetros de ocupação para o Lote 1, quais sejam: taxa máxima de ocupação de 50%, coeficiente de Aproveitamento básico de 0,61, coeficiente de aproveitamento máximo de 1,00, taxa mínima de permeabilidade de 10%, altura máxima para novas edificações, incluindo caixa d'água, de altura da laje de piso do pavimento térreo da edificação existente voltado para a área superior da plataforma rodoviária, afastamentos mínimos obrigatórios de 10m da divisa norte do lote e 4m da divisa oeste, estacionamento em subsolo de mínimo de 1 vaga de automóvel a cada 50 m² de área construída acrescida em relação a área da edificação original licenciada e taxa máxima de ocupação do subsolo de 22,5%. Assim, concluiu sua fala e imediatamente foi chamado o Item IV – respostas às perguntas realizadas via chat, da plataforma Seduh

Meeting e presencial, quando a Senhora Eliete Góes chamou a se manifestar os participantes inscritos na plataforma virtual e em seguida os participantes inscritos presenciais: 1) O Senhor Jamal Jorge Bittar, Presidente da Federação das Indústrias de Brasília - FIBRA, cumprimentou os presentes, mencionando o Secretário Mateus Leandro de Oliveira e a Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas, pela condução do trabalho, demonstrando a transparência, inclusive, pormenorizando questões que não deixam dúvida quanto ao conteúdo do Projeto de Lei Complementar. Falou em nome da Confederação Nacional da Indústria, que é a instituição que cuida do SESI e SENAI e também em nome da Federação da Indústria do Brasil. O orador trouxe à Mesa a importância e grandeza do projeto, pois o bem maior a que se destina não foi alterado, que é a manutenção da atividade cultural na área, reforçando que não houve, em hipótese alguma, e não haverá, desvirtuamento da atividade cultural. Lembrou que o projeto já foi aprovado pelo IPHAN, e se trata ali de atividades pertinentes às atividades principais que o Sistema S produz, especialmente o SESI e SENAI, que são as atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental. Reafirmou que se trata de projeto de revitalização do antigo prédio do Touring, e que houve depreciação bastante grande na região. Cumprimentou o Governo do DF e a Seduh pela iniciativa de elaboração do Projeto de Lei para curar um lugar tão valioso com atividade tão maravilhosa que será dada ali, disse. Destacou que esse projeto em Brasília, além de ser um ponto de partida extremamente interessante para a consolidação do Sistema S vai provocar a massificação da arte, da ciência e da tecnologia na cidade, pois será um dos maiores empreendimentos já realizados no Distrito Federal, inclusive atingindo repercussão em âmbito nacional, com investimentos da ordem de 160 milhões de reais, todo do Sistema Indústria SESI e SENAI, que são instituições privadas, sem nenhum centavo de recurso público. O Presidente da Fibra destacou que o Sistema não se furtou a pagar as suas contribuições na forma das outorgas onerosas e não houve renúncia de qualquer quantidade de tributos ou pagamentos ao Estado. Informou que as obras começaram em dezembro do ano passado, com previsão de inauguração para 21 de abril de 2022. Também será revitalizado entorno do prédio, no Projeto Adote Uma Praça, com projeto de paisagismo, e também será revitalizado o túnel, que poderá ser utilizado para atividades culturais diversas. Assim, o orador defendeu o projeto, fundamentando sua fala na legislação e no bom zelo e cuidado com a coisa pública, dizendo ser a participação da iniciativa privada com o Estado benéfico para a população do Distrito Federal, especialmente aquela mais carente, que será a grande beneficiária desse projeto de modernização e de vanguarda para o Distrito Federal e para o país. Em seguida, ainda como participante da plataforma virtual, foi chamado a se manifestar, o Senhor Roberto Vanderlei de Andrade, Secretário de Projetos Especiais do Distrito Federal, disse que este é um momento muito oportuno para Brasília para restaurar aquilo que estava praticamente abanado no Setor Cultural Sul, e que agora volta a ressurgir de forma grandiosa. Agradeceu a toda equipe da CNI, SESI e SENAI pela sensibilidade e terem entendido e atendido ao chamamento feito Governador Ibaneis Rocha, com a apresentação de um projeto de larga escala e de primeiro mundo. Disse acreditar que Brasília vai ser, naquele trecho do Setor Cultural Sul, restaurada e erguida, com um projeto que ainda agrega ao programa Adote Uma Praça, que segue do museu até o Museu da República, e ainda irá restaurar o túnel, revitalizando toda aquela área. Disse que o Governo está buscando apoio da iniciativa privada, porque assim entende de fundamental importância para a cidade, e se trata também da restauração da consciência cristã e cidadã do povo. Pós a Secretaria de Projetos Especiais à disposição para ajudar na continuação desse projeto, e de outros. Em seguida, se manifestou de forma presencial, a Senhora Ana Maria Arantes, dizendo que, como cidadã brasileira e moradora de Brasília, ficou extremamente feliz por saber do projeto, porque quem vem de fora e chega aqui vê uma cidade parada, uma cidade que não mostra o que realmente tem, quando Brasília tem muito a oferecer, não só para quem mora na cidade, mas para quem vem de fora visitá-la. Sugeriu que haja um espaço para exposições de produtos voltados à natureza com o objetivo claro de conscientização da população sobre o meio ambiente. Em seguida, a Secretária Executiva da SEDUH, Senhora Giselle Moll Mascarenhas agradeceu pela parceria e sensibilidade que o SESI, SENAI e CNI tiveram com aquele espaço, e concordou que o museu no Setor Cultural Sul será um presente para a população de Brasília. Também falou da importância do Programa Adote Uma Praça, para revitalização do local, realizada pelo SESI, SENAI e CNI. Agradeceu a palavra da Senhora Ana Maria e esclareceu que nesta sessão está sendo aprovado o projeto de lei dos parâmetros, das normas construtivas para o lote. Agradeceu a proposta da Senhora Ana Maria Arantes, informando que será analisada no âmbito do projeto museológico, que compete ao SESI e SENAI fazê-lo. Informou que já existe um projeto de paisagismo e revitalização urbana para toda aquela área entre o Touring e Biblioteca Nacional já aprovado pelo Conplan. Por não haver mais inscritos, o Secretário Mateus Leandro de Oliveira agradeceu aos participantes neste evento, mencionando a Senhora Ana Maria Arantes, o Senhor Jamal Jorge Bittar e o Senhor Roberto Vanderlei de Andrade, assim como a toda a equipe da Seduh, que tem contribuído para o bom andamento dessa proposta, em nome da Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas e da Subsecretária do Conjunto Urbanístico de Brasília, Izabel Borges e da Diretora de Gestão, Raquel Roland, por toda a dedicação, empenho e trabalho que vem sendo realizado para que o projeto possa seguir adiante. Em seguida, a Senhora Raquel Roland agradeceu oportunidade de poder apresentar o projeto, com a certeza de que o mesmo vai contribuir imensamente para o bem da cidade. A Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas, também agradeceu a presença de todos e pediu a Senhora Ana Maria Arantes que participe de todas as Audiências Públicas da Seduh. Informou que o Projeto de Lei, uma vez apresentado em Audiência Pública, segue para aprovação do Conplan, e em breve deverá dar entrada na Câmara Legislativa do DF para aprovação final. Em seguida o Secretário de Estado da Seduh, Senhor Mateus Leandro de Oliveira, deu por encerrada a Audiência Pública com vistas à apreciação do projeto de Lei Complementar que define os

parâmetros de uso e de ocupação do Lote 1 do Setor Cultural Sul – SCTS na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, agradecendo a presença de todos. MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA, Secretário de Estado, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH; GISELLE MOLL MASCARENHAS, Secretária Executiva, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH; RAQUEL ROLAND, Diretora de Gestão, Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília Área 1 – DIGEB I/COGEB/SCUB/SEDUH.

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS À APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE DISPÕE SOBRE LOTEAMENTOS FECHADOS, LOTEAMENTOS DE ACESSO CONTROLADO, CONDOMÍNIOS DE LOTES E AS RESPECTIVAS FORMAS DE CONVERSÃO NO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Às nove horas do dia onze do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, em conformidade ao contido no art. 2º do Decreto nº 41.841 de 26 de fevereiro do ano de dois mil e vinte um, de forma híbrida, em sessão pública virtual, pela plataforma Seduh Meeting e presencial, no auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, ainda transmitida em tempo real por meio do aplicativo Youtube, foi aberta a Audiência Pública com vistas à apreciação do projeto de Lei Complementar que dispõe sobre loteamentos fechados, loteamentos de acesso controlado, condomínios de lotes e as respectivas formas de conversão no Distrito Federal, e dá outras providências. Preliminarmente, a Senhora Eliete Góes, da Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados – ASCOL/SEDUH saudou a todos e informou que o aviso de convocação foi objeto de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal nº 65 e nº 77, e em Jornal de grande circulação nos dias 08 e 27 de abril, respectivamente, bem como disponibilizado o material de consulta na página da SEDUH, link de Audiências Públicas, em conformidade ao que dispõe a Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013. Destacou que o regulamento de inteiro teor dos procedimentos da referida Audiência Pública foi publicado juntamente com os avisos de convocação e, de forma sucinta, destacou os principais aspectos a nortear os trabalhos. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo da Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária – SUPAR/SEDUH, representada pelo Senhor Subsecretário, Marcelo Vaz Meira da Silva, e pela Assessora Especial, Senhora Danielle Borges Siqueira Rodrigues. A presidência dos trabalhos, de forma virtual, ficou a cargo do Secretário de Estado da SEDUH, Senhor Mateus Leandro de Oliveira. Passou à leitura da Ordem dos Trabalhos, prestando as informações necessárias para conduzir a Audiência Pública: I – abertura dos trabalhos; II – apresentação técnica; III – Exposição resumida do conteúdo da proposta pela equipe técnica; IV – manifestações orais dos interessados inscritos, intercaladas pelos representantes de forma presencial e pelos representantes pela plataforma Seduh Meeting, seguidas por manifestações dos integrantes da mesa, que responderão de forma concisa e direta as questões formuladas; V – Encerramento. Dos Principais Informes: A Audiência Pública possui caráter consultivo e tem como objetivo debater e recolher contribuições; Será registrada por gravação de áudio e vídeo, sendo que o material produzido comporá a memória do processo e publicizado na página eletrônica da SEDUH, no link de Audiência Pública 2021; É condição para manifestação oral, a prévia inscrição no chat da plataforma virtual e inscrição presencial na recepção da Audiência Pública; Para os debates orais, a manifestação dos participantes deverá seguir a ordem de inscrição e respeitar os seguintes tempos de duração: 5 minutos quando se tratar de representantes de entidades e 3 minutos, no caso de manifestações individuais, conforme constou do regulamento da audiência pública, devidamente publicada. A ordem de inscrição determinará a sequência das manifestações, alternando as manifestações dos inscritos na plataforma virtual e presencial. A ata será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em até 30 dias a contar da realização desta Audiência Pública. Registrou a presença do Deputado Distrital, Senhor João Cardoso. I – Abertura dos trabalhos: Para abertura dos trabalhos, o Secretário Mateus Leandro de Oliveira cumprimentou os presentes mencionando, o Subsecretário Marcelo Vaz Meira da Silva, a Assessora Especial da Subsecretaria de Regularização Fundiária e Parcelamento, Daniele Siqueira, e o Deputado João Cardoso. O Secretário falou de sua felicidade em saber da quantidade de pessoas, de forma presencial e virtual, participando deste evento, o que demonstra a importância do tema, dando a certeza que a participação popular é possível mesmo durante a pandemia. Parabenizou os condôminos, síndicos, associações de moradores e entidades envolvidas com o tema pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 30 dias no sentido de encaminhar à SEDUH críticas, sugestões, preocupações e propostas sobre o tema pautado. Informou, ainda, que participou de reuniões com entidades e condomínios, nas últimas semanas, para ouvir a população sobre suas propostas e sugestões. Fez uma rápida retrospectiva da atuação da SEDUH, desde 2019, no tratamento das questões sobre loteamentos fechados, dizendo que desde 2019, a Secretaria tem se dedicado a criar um Projeto de Lei que regulamente o tema, e por orientação do Governador, o decreto de muros e guaritas vem sendo prorrogado para que houvesse estabilização da situação e não tivessem ameaças de demolição dos muros e guaritas até que um novo decreto fosse editado, com o objetivo claro de estudar e apresentar uma regulamentação que oferecesse tranquilidade e segurança jurídica, com definição de critérios e possibilitasse a regularização. O Secretário informou que: I - a Secretaria está ciente de tudo que o Projeto de Lei, agora tratado, tem como importante, e pediu a sensibilidade e compreensão de todos os moradores e síndicos para o entendimento da necessidade de se avançar na regulamentação. II - embora estudos feitos indiquem a necessidade legal de concessão onerosa, reafirmou o compromisso com os condomínios que será reavaliada a necessidade da cobrança concessão onerosa; e em sendo realmente necessária a cobrança de, ser realizada nova análise quanto à possibilidade de redução dos valores apresentados. Parabenizou todas as entidades,